

O teatrinho da Lava Jato

FHC FOI INVESTIGADO PARA PASSAR “RECADO DE IMPARCIALIDADE”, DISSE DALLAGNOL A MORO, PREOCUPADO EM “MELINDRAR ALGUÉM CUJO APOIO É IMPORTANTE”. EIS O ENREDO DOS NOVOS VAZAMENTOS

por RODRIGO MARTINS

Há tempos, numerosos especialistas denunciavam as arbitrariedades e o simulacro de justiça encenado por Sérgio Moro, mas nenhum deles parece ter sido tão certo quanto Luigi Ferrajoli, discípulo de Norberto Bobbio e um dos mais renomados juristas do mundo. Em artigo publicado por *CartaCapital* no fim de 2017, o jurista italiano observou no então titular da 13ª Vara Federal de Curitiba a feição de um “juiz-inquisidor” que, em violação ao princípio da separação de funções, formula a acusação, emite mandados de prisão, antecipa o juízo e, por fim, pronuncia a condenação. “É claro que uma similar figura de magistrado é a negação da imparcialidade, dado que confere ao processo um andamento monólogo, fundado no poder despótico”, avaliou Ferrajoli, um ano e meio antes dos vazamentos que expuseram a promíscua relação de Moro com os procuradores responsáveis pela operação.

No mais recente capítulo da trama revelada pelo *The Intercept Brasil*, foram

divulgados trechos de uma conversa de Moro com o chefe da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, em 13 de abril de 2017. Preocupado com a menção ao nome do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na delação da Odebrecht, o magistrado chamou o procurador para um *chat* privado no aplicativo de mensagens Telegram e quis saber quão robustas eram as acusações contra o tucano por caixa 2. “(O caso) foi enviado para São Paulo sem se analisar prescrição”,

informou o procurador. “Suponho que de propósito. Talvez para passar recado de imparcialidade.” Diante da escandalosa atuação política da turma, era mesmo preciso passar algum verniz de isenção nas apurações, mas o juiz não se deu por satisfeito. “Ah, não sei. Acho questionável, pois melindra alguém cujo apoio é importante”.

Moro nunca zelou muito pelas aparências. Quando as acusações envolviam líderes petistas, portava-se como



Para a Lava Jato, FHC não vem ao caso

YURI CORTEZ/AFP E NELSON ALMEIDA/AFP



Moro agora diz não se lembrar do que falou no aplicativo de mensagens

um xerife do Oeste selvagem, desfiando acusações em coletivas de imprensa e atacando os advogados de defesa. Ao mesmo tempo, participava de animados convescotes e posava para fotografias ao lado de adversários políticos do PT, a exemplo de Aécio Neves e João Doria. Houve uma ocasião, em particular, na qual o magistrado sentiu a necessidade de incorporar o papel da mulher de César, aquela que precisa parecer honesta, em maio de 2017.

“Queria deixar claro que, em que pesem algumas alegações nesse sentido, da minha parte não tem qualquer desavença pessoal em relação ao senhor, certo? O que vai determinar o resultado desse processo no final são as provas que vão ser colecionadas e a lei, e também vamos deixar claro que quem faz a acusação nesse processo é o Ministério Público, e não o juiz. Estou aqui para ouvi-lo e para proferir um julgamento ao final do processo”, disse Moro, momentos antes de tomar o depoimento de Lula no caso do triplex do Guarujá. Horas depois, o magistrado usou o Telegram para orientar procuradores a publicar uma nota à imprensa para rebater as “contradições” do ex-presidente e fazer contraponto ao “showzinho” da defesa.

Na troca de mensagens revelada pelo Intercept, sob o comando do experiente jornalista estadunidense Glenn Greenwald, vencedor do Pulitzer de 2014, Moro puxou conversa com o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima para saber a opinião dele sobre o seu desempenho durante a audiência. Depois de ser bajulado, falou sobre a nota que desejava ver repassada à mídia. “Podemos fazer. Vou conversar com o pessoal”, respondeu prontamente Santos Lima, antes de observar que o mais importante era impedir Lula de “transformar tudo em perseguição”. Aparentemente, o “showzinho” mencionado pelo juiz-

CAPA

inquisidor foi um discurso feito pelo ex-presidente após o depoimento, no qual disse esperar o reconhecimento histórico do quanto foi “massacrado” pela Lava Jato. “Quero estar vivo para ver esse momento.”

Convocado a prestar esclarecimentos no Senado na quarta-feira 19, no momento em que esta reportagem era finalizada, Moro mudou a sua versão várias vezes desde o início do escândalo. Quando começaram os vazamentos, o hoje ministro da Justiça não negou a autenticidade das mensagens. Em vez disso, disse não ver “nada demais” nos diálogos revelados pelo Intercept. Depois, em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, afirmou não ter memória nem registros do que falou. Reconheceu que “pode ter dito” certas coisas no Telegram, mas lançou a suspeita de “inserções maliciosas”. À *Folha de S. Paulo*, admitiu “descuido” ao repassar pistas a Dallagnol. Desde então, a cada revelação a assessoria do Ministério da Justiça repete a mesma nota: “Moro não reconhece a autenticidade de supostas mensagens obtidas por meios criminosos, que podem ter sido editadas e



Como era de se imaginar, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes mostram a cara

manipuladas”. Apresentado como “herói sem capa” no programa do Ratinho, bastante representativo da qualidade intelectual de alguns setores da sociedade brasileira, Moro se disse vítima de um “ataque criminoso”. A patética entrevista fez a audiência da atração despencar.

Subordinada a Moro, a Polícia Federal abriu quatro inquéritos para apurar a suposta invasão de *hackers* aos telefones celulares do ministro e de integrantes do Ministério Público Federal. Parceiros da força-tarefa da Lava Jato, os veículos de comunicação do Grupo Globo deram a sua inestimável contribuição para a narrativa que ignora o conteúdo das mensagens e considera a divulgação das conversas prática criminosa, observa o cientista político João Feres Jr., coordenador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública na Uerj, em entrevista abaixo. Enquanto

ROSINEI COUTINHO/STF E ANTONIO CRUZ/ABR

“SEMPRE FOI NÍTIDA A PARCERIA DA MÍDIA COM MORO”

Coordenador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Uerj e idealizador do Manchetômetro, João Feres Jr. tem acompanhado com atenção a cobertura da “Vaza Jato” nos três jornais de maior circulação do País, além de divulgar boletins diários sobre o tema. Na entrevista a seguir, o cientista político compartilha as primeiras percepções do estudo em andamento.

CartaCapital: Como tem sido a cobertura da mídia?

João Feres Jr.: No início, houve certa desorganização da mídia, que parece ter sido pega de surpresa. Depois, a coisa ficou mais clara. A *Folha de S. Paulo* produziu o maior número de reportagens e fez uma cobertura mais crítica, ao passo que o *Estadão* encampou uma defesa envergonhada de Moro e o *Globo* não tardou a bater na tecla de que o problema central é a suposta atuação de *hackers*, o vazamento das mensagens, e não o conteúdo. Isso foi vendido como um ataque às

instituições democráticas.

CC: Parece-me uma postura bastante parecida com a adotada pela TV Globo e pelo GloboNews, não?

JFJ: Sim, é verdade. Analisamos a cobertura do *Jornal Nacional*, e a postura é idêntica. Na prática, os veículos do grupo anteciparam a defesa de Moro, que sempre foi visto com simpatia, como um aliado.

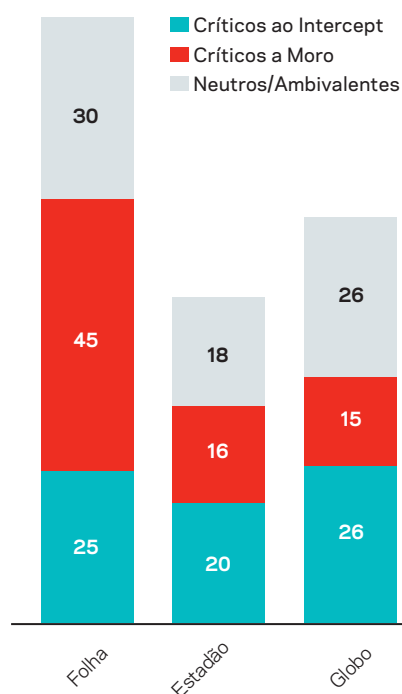
CC: Glenn Greenwald, do Intercept, diz que as mensagens em seu poder comprovam essa parceria da Globo com

Moro, o que não é exatamente uma surpresa.

JFJ: Sim, e os trabalhos do Manchetômetro mostram isso claramente. Todo esse ataque a Lula, a Dilma Rousseff e ao PT foi, em grande medida, alimentado pelo noticiário da Lava Jato. Para quem estuda a área, sempre foi nítida a parceria da mídia com Moro. A única surpresa, na verdade, é ver a *Folha* assumindo uma postura mais crítica. A Globo, não. Manteve a linha. Repare a avalanche de reportagens na emissora sobre

A "VAZA JATO" NOS JORNAIS

Número de textos publicados nos oito primeiros dias do escândalo



Fonte: Manchetômetro / Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Uerj

**INCAPAZES
DE DESMENTIR
AS MENSAGENS,
OS DEFENSORES
DE MORO TENTAM
CRIMINALIZAR
O JORNALISMO**

isso, o Supremo Tribunal Federal reluta em anular a farsa judicial.

Logo após a revelação das primeiras conversas, a corte parecia esboçar alguma reação. Marco Aurélio Mello disse que Moro "não é vocacionado para o cargo de juiz". Ricardo Lewandowski acrescentou que o relacionamento de juizes com as partes está "bem fundamentado no artigo oitavo do Código de Ética da Magistratura", a recomendar uma distância segura das partes. Gilmar Mendes, por sua vez, decidiu liberar para julgamento um antigo *habeas corpus* pela libertação de Lula, baseada na suspeição do juiz que o condenou e,

pouco depois, acabou premiado com a nomeação para o Ministério da Justiça. "O chefe da Lava Jato não era ninguém mais, ninguém menos do que Moro. O Dallagnol, está provado, é um bobinho. Quem operava a Lava Jato era o Moro", afirmou à revista *Época*. Para Mendes, é possível usar os vazamentos na análise do caso de Lula. Prova obtida por meio ilegal não pode ser usada para condenar ninguém, e sim para absolver, esclarece.

A reação não tardou. Após participar de uma reunião reservada com Moro na quinta-feira 13, o presidente do STF, Dias Toffoli, divulgou a pauta do segundo semestre sem uma data para o julgamento da validade da prisão após condenação em segunda instância. Em 2016, por estreita maioria, a corte alterou a jurisprudência e autorizou o cumprimento antecipado da pena. A Ordem dos Advogados do Brasil pediu, no entanto, para o tribunal rever a decisão e fazer valer o que determina o artigo 5º, inciso LVII, da Constituição: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". De lá para cá, alguns ministros estariam inclinados a mudar de posição.

segurança de dados públicos, sobre a ameaça dos *hackers*. Estão deslocando o ponto da coisa abertamente.

CC: É curioso ver emergir essa crítica só agora. A cobertura da Lava Jato sempre esteve baseada no vazamento de informações de inquéritos sigilosos, não?

JFJ: A operação ganhou força por meio desse expediente, de notícias baseadas em vazamentos claramente ilegais. Um exemplo disso foi a revelação de conversas entre Lula e Dilma Rousseff, gravações feitas fora do período autorizado judicialmente, com a finalidade

de impedir o ex-presidente de ser nomeado ministro da Casa Civil. Mas, à época, a mídia não viu problema algum no fato de um juiz de primeira instância ter grampeado a presidente da República.

CC: Além do número de reportagens favoráveis ou contrárias a Moro, o senhor chegou a analisar o destaque dado ao escândalo? As manchetes sobre o caso parecem ter desaparecido da capa dos jornais.

JFJ: Uma das coisas que mais fazem diferença na cobertura é a passividade jornalística, em contraposição a um certo ativismo que costuma existir

quando eclode um escândalo. Se o caso é fraco e o tema não interessa aos donos, muitas vezes o jornal nem noticia. Se a denúncia é forte, não há, porém, como ignorá-la sem prejuízo à credibilidade do veículo. Parece-me ser o caso. Então os veículos noticiam, mas depois param de falar.

CC: O senhor considera acertada a decisão do Intercept de divulgar as mensagens aos poucos?

JFJ: Faz todo sentido, até porque imagino que as mensagens não dizem respeito apenas à colaboração de Moro com os procuradores da Lava Jato.

Pode haver indícios de envolvimento de ministros de cortes superiores, de favorecimento de determinados réus, de interferência de autoridades estrangeiras. Não acredito que o Glenn irá se acovardar agora. Há pouco tempo, ele estava denunciando serviços de espionagem dos EUA. Apesar disso, tenho poucas esperanças. A destruição das instituições desde o golpe de 2016 foi tão grande que não vejo por onde as coisas podem ser consertadas. Quem irá investigar o Moro se ele é o chefe da Polícia Federal e um dos pilares do governo Bolsonaro? Estou cético.

CAPA

David Miranda relata ameaças contra a sua família. Até mesmo os filhos adotivos com Glenn Greenwald tornaram-se alvos

Mas, como a decisão pode favorecer Lula, o julgamento foi postergado várias vezes.

Não bastasse, o ministro Alexandre de Moraes encampou a defesa de Moro, com um virulento discurso contra os vazamentos. “A ação (*dos hackers*) é questão de polícia. Eles devem ser alcançados, devem ser punidos, devem ser presos”, afirmou o ministro, que preside um inquérito para apurar *fake news* contra o Supremo.

A despeito das tentativas de desviar o foco, ninguém desmentiu as informações veiculadas pelo Intercept. “Desde o início, quando as reportagens saíram, nem o juiz Sérgio Moro, nem o procurador Deltan Dallagnol, nem a força-tarefa da Lava Jato negaram a veracidade das mensagens”, afirma Leandro Demori, editor-executivo do site, em entrevista à *CartaCapital*. “Misteriosamente, estamos vivendo um surto de *hackers*. Surpreende-me como parte da mídia está tratando isso como verdade absoluta, porque a imprensa sempre usa o ‘suposto’, ‘supostamente hackeado’, ‘o suposto hacker’, e nesse caso os supostos desapareceram. Estou esperando que esses supostos *hackers*, se forem encontrados, que sejam punidos na forma da lei. Agora, isso não tem nada a ver com o material que o Intercept possui.”

Segundo Demori, o jornal *online* teve acesso a um gigantesco arquivo com centenas de grupos de conversas do Telegram, além de mensagens privadas, repassadas por uma fonte anônima. O conteúdo de apenas um desses grupos resultou em 1,7 mil páginas de transcrição. Aos esforços da redação do Intercept Brasil juntaram-se profissionais da redação de Nova York, dedicados à checagem dos dados e à triagem do que realmente é de interesse público. “Temos centenas de áudios com as vozes das pessoas que estão agora dizendo que tiveram conversas



adulteradas. Então é só isso o que tenho a dizer. E eles, dirão que a voz é do Adnet?”

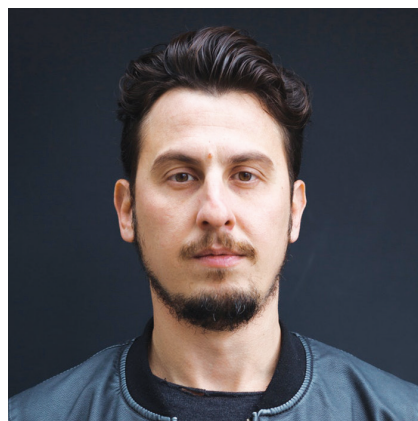
O jogo também é pesado no submundo da internet. Casado há 15 anos com Glenn Greenwald, o deputado David Miranda, do PSOL, recebeu novas ameaças de morte após o Intercept iniciar a série de reportagens da Vaza Jato. Em março, a Polícia Federal abriu um inquérito para investigar ataques ao parlamentar, negro e

homossexual assumido. Agora o terror se estende aos familiares de Miranda, inclusive aos filhos adotados com Greenwald. Criminosos prometeram sequestrar e torturar as crianças. “Iremos espalhar pedaços das bichas-mirins por toda a ‘comunidade’”, diz um trecho da mensagem. O texto tem a assinatura de Marcos Valle, condenado a 41 anos de prisão por crimes como racismo, associação criminosa e divulgação de imagens de pedofilia. Mas a suspeita é que outros tenham usado a identidade de Valle em fóruns da *Deep Web*, uma parte da internet não indexada e só rastreada por *softwares* específicos.

“Na internet, no Twitter, no Facebook, têm várias páginas falando que eu tinha de morrer, que vão pegar a gente, que foram eles que mataram Marielle Franco. Falaram sobre a minha mãe, que estão perseguindo ela. É muito complicada essa situação”, desabafou Miranda, em entrevista ao site de *CartaCapital*. “É difícil reviver esses *e-mails*. Não leio todos. Eu encaminho, porque não tenho estômago para ler tudo o que eles enviam.”

Greenwald recebeu convites para falar sobre as ameaças no Conselho de Comunicação do Senado e na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Este último colegiado também aprovou a convocação de Moro para prestar esclarecimentos. Deputados da oposição esperavam reunir mais elementos para empregar o ministro da Justiça, e acabaram surpreendidos com a afobação do Senado em antecipar a sabatina. “Mas isso é o de

“TEMOS ÁUDIOS DE QUEM DIZ QUE TEVE CONVERSAS ADULTERADAS”, DIZ LEANDRO DEMORI, EDITOR-EXECUTIVO DO INTERCEPT



ELZA FIÚZA / ABRE E RENATO PARADA